

---

JOSÉ REIS

Faculdade de Economia  
da Universidade de Coimbra  
e Centro de Estudos Sociais

---

## Recriar Solidariedades e Repensar o Trabalho: dois temas para a viragem do século

---

73

*Qualificamos de crise e de transição os tempos que vivemos porque não reconhecemos os paradigmas sociais que se possam substituir àqueles que caracterizaram épocas recentes, como é o caso, para as economias industrializadas, do "fordismo". Aí, o que se esgotou não foi apenas um modelo tecnológico, foi também um certo compromisso, assente num pacto salarial e numa forma de gestão das solidariedades. O que está agora em causa é uma renegociação de novas formas de*

*iniciativa e de solidariedade, contra uma perspectiva "liberal-produtivista". Para as nossas economias, periféricas e semiperiféricas, dependentes do tipo de ordem económica internacional que se configura, os processos de reorganização sócio-económica em curso são relevantes na medida em que possam valorizar as formas relacionais de mobilização do trabalho e promover os aspectos qualificantes que aqui se manifestam apenas de modo parcial e localizado.*

**Q**UALQUER reflexão que se faça sobre as circunstâncias que nos rodeiam neste fim de século, e através das quais se manifesta a reorganização das economias e das sociedades, não pode fugir à condição, muitas vezes dilemática, de pensar o todo e as partes, o global e o local.

É já ponto de consenso que vivemos tempos de crise e de transição, e que os definimos nestes termos exactamente porque não temos razões para reconhecer os paradigmas sociais que se possam substituir àqueles que, com maior (mas se calhar ilusória) facilidade reconhecemos noutras épocas. Falo tanto dos modelos políticos quanto dos modelos económicos.

Mesmo que falássemos só da economia (como se tal fosse possível!) temos sempre alguma dificuldade em identificar as questões de fundo, por onde passam os problemas, as ansiedades e as expectativas dos países, das regiões da economia-mundo, dos lugares contextuais onde reinterpretamos o tempo e o espaço dos indivíduos e dos grupos e, portanto, de cada um de nós.

O mundo, é feito de várias crises, de várias formas de acentuar as desigualdades, de vários pontos de tensão.

Certamente que não será no diagnóstico que encontraremos o meio para mais facilmente nos entendermos, por exemplo aqui neste Congresso, onde, estando juntos, mantemos nas nossas cabeças uma boa parte das preocupações que resultam dos problemas das nossas sociedades de origem. Mas parece-me verdade que há alguns pontos em que as preocupações comuns se concentram.

Para as economias periféricas o problema que subsiste é, ainda e naturalmente, o do desenvolvimento. De um "outro desenvolvimento" que, como assinala Samir Amin, não pode ser o da simples imitação dos chamados Novos Países Industrializados (NPI's), cujos resultados são, sobretudo, um efeito particular da multipolarização da economia mundial. Mas, ainda assim, de um "outro desenvolvimento" que deve trazer para o centro da discussão a necessidade de superar a dicotomia estatismo/liberalismo e de propor um projecto político que assuma e promova a natureza policêntrica de uma ordem internacional fundada sobre espaços regionais em que uma cooperação estreita seja possível.

Nas economias centrais e naquelas onde os mercados de trabalho se estabilizaram e atingiram um nível relativamente alto de regulamentação e de integração, é quase consensual pensar-se que "no centro da crise actual está uma crise do trabalho". Pressente-se aí com particular visibilidade que vivemos uma época em que se esgotou um modelo, um paradigma societal, o do "fordismo", que nuns casos assumiu plena realização e noutros se limitou a constituir um horizonte de possibilidades, por vezes longínquas. Muitos admitem que a alternativa "liberal-productivista" não é verdadeiramente uma alternativa, nem é desejável que o seja. Neste contexto trata-se, por isso, de procurar reinterpretar um outro "paradigma societal", que não é nenhum meio-caminho entre estes, mas que há-de definir-se, tal como o Estado-Providência, através de instrumentos de solidariedade e, tal como apregoa o liberalismo em voga, há-de assumir a iniciativa e as dimensões individuais. "Pensar uma nova aliança da iniciativa e da solidariedade, o que não é simples": eis o caminho que alguns, entre os quais destaco Alain Lipietz, no seu livro

*Choisir L'Audace: Une alternative pour le XXI.e siècle*, nos propõem.

Nas economias centrais assumem-se as circunstâncias singulares, e não gerais, de um "modelo de desenvolvimento" que nasceu com o taylorismo e que recuperou de uma debilidade quase mortal com o fordismo. Trata-se, bem se sabe, de um sentido do desenvolvimento que partiu da mecanização e da redução do trabalho a uma ordem racional da produção que dignificava apenas as tarefas de "concepção" e reduzia os "executantes" à repetição dos "melhores gestos". Com Ford e com Keynes esta mecânica produtiva assumiu a forma de uma noção de vida, segundo um compromisso que, aliás, a salvaria da crise e lhe permitiu "trinta anos gloriosos": os ganhos de produtividade deveriam ser redistribuídos, integrando os trabalhadores numa lógica de consumo simétrica da da produção e assegurando uma espécie de perequação social de parte dos excedentes criados. No meio de lutas e de contingências o Estado-Providência consolidou-se como a forma política deste compromisso geral.

Como é também sabido, este compromisso e esta forma de integrar o trabalho—esta relação salarial—só condizem bem com um acréscimo permanente dos ganhos de produtividade. E, mesmo neste contexto, a expressão macro-social dos acordos e o sentido estratégico das opções não eliminam as conflitualidades. Tanto as "micro-conflitualidades" que, afinal, são parte da complexidade das práticas sociais que este paradigma societal não homogeneizou, como as conflitualidades essenciais, que, aliás, tendem permanentemente a assumir novas formas.

Perante o esgotamento do modelo tecnológico sob o qual se manifestou mais visivelmente aquele compromisso, é enganador (e desencantador!) repor a sequência apenas e exclusivamente em termos tecnológicos. Porque foi um pacto salarial que esteve no centro da dinâmica anteriormente instituída, dos consensos e das conflitualidades. Por isso, o plano em que se deve centrar a renegociação é o da concertação de um novo pacto salarial. Isto, naturalmente, para os que pensam que deve haver *negociação*, porque para outros a alternativa é mais simples e já foi sintetizada em quatro pontos: a afirmação categórica de um imperativo técnico-económico produtivista, sem cuidar da necessidade de uma escolha pela sociedade; a fragmentação da sociabilidade, que assim se reduz aos con-

sensos atomizados na empresa; o desaparecimento da individualidade colectiva e o privilégio de formas muito diversas de integração do indivíduo na empresa; um recuo geral das solidariedades de tipo administrativo, organizadas pelo Estado e derivadas da pertença a uma colectividade nacional. É de um "individualismo hierárquico" que se trata.

No plano produtivo o corolário deste individualismo consiste no abrandamento até ao máximo dos laços institucionais entre as empresas e os trabalhadores, com recurso ao trabalho precário. Estaríamos perante um "neotaylorismo", assente na eliminação até ao máximo da "implicação" dos trabalhadores, cuja ligação à empresa passaria a ser mínima. E, além disso, nos casos em que tal ligação devesse ser maior, como se justifica para as tarefas de concepção, seria a negociação individual que seria promovida (chama-se a esta lógica "modelo californiano").

No plano societal aquele "individualismo hierárquico", que discursa contra as várias formas de rigidez impostas pelo Estado e pela lógica da concertação, não se compromete com a resolução dos problemas (tendencialmente irrelevantes, pensar-se-á) dos que não ganham com a sociedade liberal e flexível: limita-se a devolver essas questões, estes problemas, a uma sociedade civil sem nome.

Ao contrário desta perspectiva, a proposta de um novo pacto salarial insiste sobre as condições que podem revalorizar o trabalho, afastando a segmentação, a precarização e as características heterónomas da sua mobilização e promovendo a iniciativa e a qualidade da participação. Ao mesmo tempo, é sublinhada a necessidade de uma nova solidariedade, uma solidariedade que, na ausência do instrumento de consenso que o Estado-Providência foi, tem de reencontrar na própria sociedade, na própria comunidade, os meios de supressão das dualidades Estado/mercado, o que em geral vem associado à redescoberta da sociedade local e da eficácia democrática que nesse âmbito se pode realizar.

São fortes, naturalmente, as marcas societais desta reflexão, própria de sociedades onde se desenvolvem intensas economias de inovação. Nas reflexões sobre o trabalho é, aliás, da própria natureza dessa inovação que os projectos mais ousados querem cuidar, rejeitando um

neo-taylorismo que viva na dependência de formas acen- tuadas de precarização do trabalho e que, simultanea- mente, recrie a iniciativa e a sistematização colectiva dos saberes práticos.

É isto relevante para economias, como as nossas, periféricas e semiperiféricas? Julgo que seria um grave efeito de ilusão raciocinar na base de analogias apres- sadas. É certo que o que se passa nas economias centrais é relevante para o que se passa nas restantes, que mais não seja pelo tipo de ordem económica internacional que se configura. Mas há uma outra circunstância que gostaria de sublinhar: é que alguns dos processos de reorgani- zação económica nos países centrais evidenciam a natu- reza relacional das formas de mobilização do trabalho (pre- cisamente o inverso das sequências cegas e anónimas do taylorismo). E julgo também que vale a pena reflectir no facto de as realizações que nas economias centrais apon- tam para um novo espírito industrial e para uma forte implicação do trabalho na concepção e na inovação serem apenas realizações parciais que, aliás, funcionam como pequenos balões no quadro de um modelo de regulação salarial dominado pelo liberal-productivismo. Podem assim reencontrar-se complicitades junto daqueles projectos para os quais há, nestas economias, que superar uma clara contradição local/global para que seja legítimo esperar pela concretização de um novo consenso, que rejeite as formas liminares de desigualdades e de precari- zação. Só que, inevitavelmente, esse consenso será in- terno às sociedades desenvolvidas e não garante, antes pelo contrário, que sirva para configurar uma ordem inter- nacional menos desigualitária.

Recriar solidariedades e repensar o trabalho: eis, por- tanto, dois temas que talvez possamos tomar como ques- tões gerais para reflectirmos sobre as circunstâncias que nos rodeiam neste final do século.

Não penso que a apreciação da posição de cada eco- nomia ou de cada região do sistema mundial no interior desse mesmo sistema mundial derive de uma deter- minação mecânica e funcional, como aconteceria se tivéssemos uma noção organicista da economia-mundo. O mundo de hoje é feito de multipolaridades e, por exem- plo no âmbito das economias industrializadas (que, ainda

assim, é bom reconhecê-lo, é uma realidade que apenas abrange uma parte pequena da humanidade), há factores relativamente contingentes que reordenam as tendências mais gerais e que convocam condições próprias de cada sociedade.

É, contudo, bem claro que em sociedades em que não se consolidou um Estado-Providência nem os regimes de acumulação são globalmente de natureza intensiva, a apreciação que fazemos da actual fase de transição tem de ser muito cuidadosa. São sociedades onde as assimetrias, as desigualdades e os bloqueamentos são estruturais. Como disse, em síntese feliz, Boaventura de Sousa Santos, numa sociedade semiperiférica como a portuguesa, "a especificidade e complexidade das condições económicas, sociais, políticas e culturais criam uma dupla exigência: (1) na formulação de alguns objectivos de desenvolvimento deve proceder-se como se o projecto da modernidade não estivesse ainda cumprido ou não tivesse sequer sido posto em causa; (2) na concretização desses objectivos deve partir-se do princípio (para ela de algum modo mais vital do que para as sociedades centrais) de que o projecto da modernidade está historicamente cumprido e não há a esperar dele o que só um novo paradigma pode tornar possível".

Numa economia como a portuguesa a questão é, pois, bem diversa. Vou admitir, talvez com excessiva simplificação, que esta economia, pelas suas condições intermédias e também, potencialmente, de intermediação, (habitúmo-nos, por isso, a designá-la semiperiférica) pode constituir um bom campo para explorar algumas hipóteses prospectivas, libertadas do excessivo peso circunstancial de que aparecem rodeadas quando são apenas discutidas nos países centrais.

Num bom conjunto de trabalhos recentes de economistas portugueses tem-se procurado mostrar que em Portugal as formas de desenvolvimento foram sempre relativamente limitadas, parciais, segmentadas. Certas dinâmicas mais relevantes caracterizaram-se pela sua faceta predominantemente sectorial ou pelos factores subsidiários que mobilizavam como mecanismos compensatórios para uma escassa capacidade de inovação. Isto é, tem sido sempre claro que a economia portuguesa, em termos gerais, elegeu a redução dos custos salariais como princi-

pal meio de procurar a competitividade. No plano interno, como no da inserção na economia internacional, uma estratégia baseada em baixos salários prevaleceu sempre sobre uma outra estratégia baseada na procura de ganhos de produtividade. Por esta e outras razões, os temas da perifericidade da economia portuguesa, das descontinuidades do seu sistema de emprego e da clara retracção de muitos indicadores económicos são pontos recorrentes de um pensamento crítico sobre a economia e a sociedade em Portugal.

Mas o retrato da nossa economia não ficaria completo se, pelo menos, o não retocássemos chamando a atenção para outros aspectos igualmente modeladores dos seus processos estruturais de funcionamento. A contrapartida para a não predominância de uma lógica económica intensiva, integradora e homogeneizadora reside no facto de muitos aspectos das dinâmicas económicas serem parte de processos localizados, isto é, de lógicas próprias identificáveis apenas nuns ou noutros dos espaços produtivos regionais ou locais constituintes do conjunto nacional. Ou seja, é muito claro na economia portuguesa, principalmente em fases de crise, que na ausência de consensos globais que dinamizassem a economia e a sociedade se contou muito com pequenos consensos locais ou, no próprio plano produtivo, com a capacidade, mais ou menos inovadora, de alguns sistemas regionais e locais. É, de facto, possível identificar espaços estruturais de funcionamento da economia portuguesa onde se consolidou uma relativa vitalidade que é o fruto de uma organização produtiva que, podendo ser encarada pelo lado dos seus elementos tradicionais, também pode ser vista, por outro lado, como baseada em culturas técnicas e em modos de organização das subsistências com elevadas disponibilidades para serem parte de um projecto qualificante que, naturalmente, não pode originar-se só nelas.

Não está, evidentemente, resolvida a lógica (ou melhor, as lógicas) em que se baseiam as formas de desenvolvimento local. Desde logo porque são lógicas plurais muito diferenciadas as que se encontram por detrás dos resultados de certos sistemas locais mais visíveis, sendo até errado fazer desses dinamismos componentes de uma estratégia unitária a que se chamasse de industrialização difusa ou qualquer coisa semelhante. O que me parece importante nestes casos é interpretar as materialidades

que permitiram alguns êxitos parciais e valorizá-las para um consenso geral que integre toda a sociedade.

Este sentimento de que os processos parciais de desenvolvimento identificáveis em várias economias, e nomeadamente na portuguesa, se baseiam em lógicas não resolvidas no sentido de uma perspectiva coerente de desenvolvimento e, sobretudo, de uma estratégia baseada na procura de inovação e da valorização do trabalho, creio que nos levanta um problema que é comum a várias das nossas economias. Parece-me certo que o que nos serve não é uma postura liberal como aquelas, relativamente chocantes, que definem o nosso tempo como de domínio de uma lógica produtiva de inovação sobre a lógica de racionalização em que se fundou o modelo de desenvolvimento inspirado no taylorismo mas que, entretanto, recusam uma lógica também de inovação para regular positivamente as relações sociais, a valorização dos saberes práticos e a gestão da própria sociedade.

Julgo que tanto em economias centrais (onde se ensaiam novos processos de valorização do trabalho) como nas economias periféricas (onde o exemplo fácil é o dos sucessos dos NPI's) como nas economias semiperiféricas (onde se tornam visíveis certas dinâmicas positivas de índole espacial local) reencontramos disponibilidades parciais para novos consensos que, entretanto, se mostram sistematicamente combinadas com ambições legítimas mas não realizadas.

Não são, por isso, projectos sociais de viabilização assegurada em novos consensos que integrem toda a sociedade. Este objectivo para se tornar realista, tem, evidentemente, que convocar várias mediações, basear-se na riqueza dos processos relacionais que dão sentido a algumas das melhores realizações parciais que apreciamos, mas esse objectivo não é alcançável sem o empenhamento de quem possa fazer peregrinações, de quem mobilize as solidariedades locais para projectos de sociedade. Numa palavra, em sociedades como as nossas, é necessária a reconstrução de um novo consenso que, admitamos, poderá ser feito com menos Estado do que noutras fases mas que não se fará, seguramente, sem Estado. ■